

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 517.156 - ES (2019/0180977-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA - ES2781964  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : R J G DA S M (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de R. J. G. DA S. M., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0011402-62.2018.8.080030.

Consta dos autos que foi julgada procedente a representação ajuizada contra o paciente, pela prática de atos infracionais análogos aos delitos tipificados nos **arts. 12 e 16, ambos da Lei n. 10.826/2003**, ocasião em que lhe foi aplicada a medida socioeducativa de internação, por prazo indeterminado (e-STJ, fls. 39/56).

Em razão de avaliação psicossocial, o Juízo da Segunda Vara da Infância e da Juventude determinou a progressão da medida socioeducativa de internação aplicada ao paciente para a de liberdade assistida (e-STJ, fls. 21/22).

Contra essa decisão, o Ministério Público Estadual interpôs agravo de instrumento, que foi provido pelo Tribunal capixaba para determinar a restauração da MSE de internação, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 57/60):

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. ECRIAD. PROGRESSÃO DA MEDIDA COM BASE NO HC N. 143.998/ES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.**

*1. O decidido pelo STF no Habeas Corpus nº 143.998/ES não configura uma "carta em branco" para a progressão de medidas socioeducativas. Assim, deve o Magistrado observar os comandos estipulados por aquela Corte Máxima, atendo-se, além da necessidade de redução da lotação das Unidades de Internação, as próprias peculiaridades do adolescente que será*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*beneficiado com tal ato.*

*2. O próprio STF estabeleceu, prioritariamente, a transferência dos mesmos para outras unidades que não estejam com capacidade superior à taxa média.*

*3. Deste modo, a opção de, de plano, progredir o adolescente fora temerária, sobretudo considerando-se a reiteração na prática de atos infracionais, situação que demanda uma maior intervenção estatal.*

*4. Recurso provido.*

No presente writ (e-STJ, fls. 3/12), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da decisão que determinou seu retorno à MSE de internação. Para tanto, argumenta que *é certo que o Magistrado não se vincula ao relatório técnico, podendo justificar a sua decisão com base em outros dados e provas constantes dos autos, respeitando o princípio constitucional do livre convencimento motivado, em face das circunstâncias do caso concreto. Certo também que esse princípio deve prevalecer quando o Juiz, com base em fundamentação apta, determinar a progressão* (e-STJ, fl. 6).

Afirma, também, que *a intervenção na vida do menor deve ser mínima e no caso presente, esse princípio certamente não estaria sendo respeitado se, novamente, o judiciário contrariasse a opinião da equipe especializada, para interferir na vida do adolescente para mantê-lo internado, sem justificativa idônea para tal* (e-STJ, fl. 11). Ademais, sustenta que é notório o fato de que as unidades de internação capixabas se tornaram reconhecidamente superlotadas, de modo que o papel ressocializador e pedagógico *são colocados em cheque* (e-STJ, fl. 8).

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, que a decisão do Tribunal local seja cassada e mantida a progressão da medida socioeducativa de internação para a de liberdade assistida, como determinado pelo juízo de primeiro grau.

# Superior Tribunal de Justiça

Suficientemente instruídos os autos, foi dispensado o envio de informações, e o Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 85/91, opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado acima, a impetrante busca o restabelecimento da medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada ao paciente, pelo Juízo da execução.

Ao dar provimento ao agravo ministerial para restaurar a medida socioeducativa de internação aplicada ao paciente pelo Juízo sentenciante, a Corte capixaba apresentou fundamentação idônea, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 59/60, destaquei):

[...]

*Constata-se que o menor praticou ato infracional análogo ao crime de porte de arma de fogo e, aparentemente, trata-se de um infrator contumaz, tendo em vista a quantidade de representações contra si instauradas e que se relacionam a prática do comércio ilícito de entorpecentes (fls. 27)*

*Deve ser mencionado, ainda, que a progressão após o exíguo tempo de 01 (um) mês e 16 (dezesseis) dias após a data da sentença proferida em agosto de 2018, compromete o cumprimento das metas estabelecidas no PIA, sobretudo diante da prática de ato infracional grave.*

*Ademais, como se sabe, o Juiz não fica vinculado à conclusão do relatório formulado pelo IASES. Vejamos o seguintes precedentes:*

[...]

*Ademais, na esteira do Parecer Ministerial, entendo que o decidido pelo STF no Habeas Corpus nº 143.998/ES não configura uma "carta em branco" para a progressão de*

# Superior Tribunal de Justiça

*medidas socioeducativas.*

***Assim, deve o Magistrado observar os comandos estipulados por aquela Corte Máxima, atendo-se, além da necessidade de redução da lotação das Unidades de Internação, as próprias peculiaridades do adolescente que será beneficiado com tal ato.***

*Além disso, o julgado em questão elenca que cabe ao Juiz no momento da delimitação da taxa de ocupação dos adolescentes internos sobressalentes, primeiro, proceder à transferência dos mesmos para outras unidades que não estejam com capacidade superior à taxa média.*

***Deste modo, entendo que a opção de, de plano, progredir o adolescente ora agravado fora temerária, sobretudo considerando-se como dito, a reiteração na prática de atos infracionais, situação que demanda uma maior intervenção estatal.***

***Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, determinando a manutenção da medida socioeducativa de internação. É como voto.***

Consoante visto acima, verifico que o Tribunal estadual considerou prematura a progressão do paciente, da MSE de internação para a de liberdade assistida, *no curto espaço de tempo de 1 mês e 16 dias* (e-STJ, fl. 59), haja vista ele ser reincidente na prática de vários atos infracionais análogos ao delito de tráfico de drogas, *situação que demanda uma maior intervenção estatal* (e-STJ, fl. 60), a demonstrar seu crescente envolvimento com a criminalidade, na prática de crimes de natureza grave, que justificam a necessidade de cuidadoso acompanhamento estatal visando à sua ressocialização e reeducação, não sendo recomendada, no momento, sua desinternação.

Nesse sentido:

***RECURSO EM HABEAS CORPUS. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR PELA EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.***

– A existência de relatório técnico, formulado pela equipe de avaliação psicossocial, não vincula o magistrado que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar seu entendimento e decidir de forma diversa daquela sugerida pelo laudo. Precedentes.

– No caso, o Tribunal a quo manteve a medida de internação, ressaltando a gravidade concreta do ato, em razão da prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado, bem como os registros infracionais anteriores apresentados pelo menor, a situação de pouco respaldo familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do processo ressocializador que vem sendo desenvolvido.

– Recurso em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC n. 86.556/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/9/2017, DJe 20/9/2017, grifei)

**RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA INDEFERIDA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.**

**1. A existência de relatório técnico recomendando a substituição da medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar a permanência da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos.**

**2. O Tribunal a quo, ao ratificar a decisão de primeiro grau, considerou a desinternação prematura e temerária, tendo em vista que a recorrente praticou ato infracional grave, possui outras incidências por atos infracionais análogos à lesão corporal e ao roubo, e iniciou recentemente tratamento de desdrogadição, vislumbrando-se a necessidade de cuidadoso acompanhamento para a ressocialização da adolescente.**

**3. Com base nas peculiaridades do caso concreto, as instâncias ordinárias apresentaram motivação idônea para indeferir a progressão, devendo ser mantida a internação.**

**4. Recurso a que se nega provimento. (RHC n. 35.578/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, julgado em 4/6/2013, DJe 17/6/2013, grifei)**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, consoante bem observado pela Corte estadual, nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior e à luz do princípio do livre convencimento motivado, o magistrado não está adstrito à conclusão exposta no parecer psicossocial emitido pela equipe técnica, ainda que favorável ao menor.

Desse modo, inexistente vinculação do magistrado ao parecer técnico, quando verificada a existência de fundamentação suficiente e idônea para embasar a manutenção da medida socioeducativa aplicada, como *in casu*.

Ilustrativamente:

*ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. SEMILIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SITUAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE. REITERAÇÃO. VERIFICADA. RELATÓRIO POLIDIMENSIONAL. ELEMENTO QUE NÃO VINCULA O JUÍZO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.*

*1. Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de infrações graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da infração antecedente.*

*2. Apresentada fundamentação concreta para a imposição da medida de semiliberdade, uma vez que tanto a sentença, quanto o acórdão do apelo, noticiam a situação de vulnerabilidade, fora do ambiente escolar, usuário compulsivo de diferentes tipos de drogas, reincidente na prática de ato infracional, atualmente, morador de rua, vive por sua própria conta e risco, não conta com cuidados por parte de seus responsáveis, embora seus parentes desejem ajudá-lo, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.*

*3. "À luz do princípio do livre convencimento motivado, o juiz não está vinculado ao parecer psicossocial formulado pela*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*equipe técnica, ainda que favorável à progressão da medida socioeducativa. Assim, quando verificada a existência de fundamentação suficiente na decisão que manteve a medida socioeducativa aplicada, não é necessária a vinculação do magistrado ao relatório técnico." (RHC 53.416/PA, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 03/02/2015).*

4. *Habeas corpus denegado.* (HC n. 404.306/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 26/9/2017, DJe 4/10/2017)

Assim, a pretensão formulada pela impetrante encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator